Vulnerabilidade e Adaptação Climática no Corredor Xingu de Diversidade Socioambiental[1]

1. A Bacia do rio Xingu e seu Corredor de Áreas Protegidas

O Rio Xingu, um dos principais afluentes do Rio Amazonas, corre por 2.000 km de extensão e forma uma bacia que abrange mais de 51 milhões de hectares nos estados brasileiros do Pará e Mato Grosso, em uma das regiões com maior diversidade biológica e cultural da Amazônia.

É no centro desta bacia que existe um dos maiores mosaicos contínuos de Terras Indígenas e Unidades de Conservação no planeta: o Corredor Xingu de Diversidade Socioambiental. Este corredor abrange 26,5 milhões de hectares e é composto por 24 Terras Indígenas e 9 Unidades de Conservação. Esses territórios, que ocupam 50% da bacia, são o lar de 26 povos indígenas e inúmeras comunidades ribeirinhas.

Essas populações indígenas e tradicionais desempenham um papel fundamental na proteção das florestas, unindo conhecimentos ancestrais de manejo da paisagem com a conservação da biodiversidade. As práticas sustentáveis adotadas por esses povos não apenas garantem a sua subsistência, mas também geram serviços ecossistêmicos vitais que contribuem para a mitigação das mudanças climáticas em escala global.

A importância do Corredor Xingu é acentuada por sua localização no "arco do desmatamento", que é a fronteira de expansão agrícola e madeireira e de outros vetores de degradação da floresta e onde se concentra mais de 75% do desmatamento na Amazônia. O Corredor Xingu é cercado por zonas de intensa atividade pecuária, madeireira e garimpo por onde passam importantes rodovias, como a BR-230 (Transamazônica) ao norte, a BR-010 (Belém-Brasília) a leste e a BR-163 (Cuiabá-Santarém) a oeste.

As florestas nativas, os rios e os povos da floresta da bacia do Xingu estão sob ameaça. Cerca de 20% da bacia do Rio Xingu já está desmatada. Fora das áreas protegidas esse percentual de desmatamento é de cerca de 50%. O desmatamento, o garimpo ilegal, a grilagem de terras e os incêndios florestais comprometem a integridade do ecossistema e a rica sociobiodiversidade da região.

O Corredor Xingu de Diversidade Socioambiental constitui a principal barreira de floresta contínua contra a devastação na porção oriental da Amazônia. No entanto, seus milhares de habitantes vivem sob a pressão constante da degradação ambiental, da perda de biodiversidade e dos impactos das mudanças climáticas, tornando a proteção desse

[1] Material Suplementar do Mapa de Vulnerabilidade Climática do Xingu. Texto elaborado por Thaise da Silva Rodrigues, Leonardo Halszuk Luiz de Moura e André Villas-Bôas. Outubro de 2025.

território uma urgência para a conservação da Amazônia e para a estabilidade climática global.

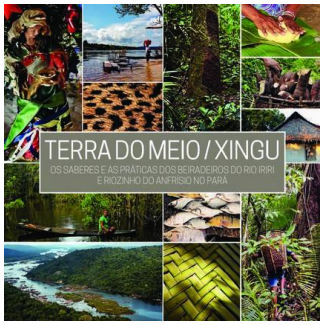
Para mais informações, acesse:

(i) A Plataforma da Rede Xingu+

(ii) Desafios de Proteção Territorial na Bacia do Xingu em 2025

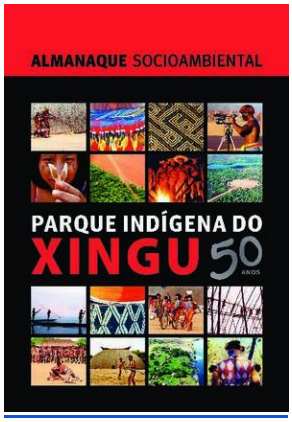
(iii) A história dos produtos da floresta do Corredor Xingu de Diversidade Socioambiental

(iv) Os saberes e as práticas dos beiradeiros da Terra do Meio (Corredor Xingu de Diversidade Socioambiental)



(v) Informações socioambientais sobre a Bacia do Rio Xingu

(vi) A história do Território Indígena Xingu



2. As 4 categorias usadas para indicar a vulnerabilidade dos povos indígenas e ribeirinhos do Corredor Xingu frente às mudanças do clima

Água: Consumo e Mobilidade

Entre 1985 e 2023, a bacia do Xingu perdeu cerca de 40 mil hectares de superfície de água de corpos d'água naturais. A maior parte dessa perda concentra-se nas sub-bacias que formam as nascentes do rio Xingu. Essas áreas, por não estarem dentro de áreas protegidas, são particularmente vulneráveis ao desmatamento e a alterações nos processos hidrológicos. A transição da pecuária para a agricultura que ocorreu nas últimas décadas, especialmente com o cultivo de grãos como a soja, na porção mato-grossense da bacia, aumentou a demanda por água para irrigação. Para atender à demanda de irrigação, a área de reservatórios artificiais na bacia do Xingu, em Mato Grosso, aumentou drasticamente entre 1985 e 2023, refletindo essa intensificação.

O desmatamento nas nascentes do Xingu, o aumento de pequenas barragens no leito de seus afluentes, as quais formam reservatórios para irrigação, e as mudanças nos padrões de chuva e temperatura têm contribuído para a aceleração da perda de água na bacia. Como resultado, rios como o Tuatuari no Território Indígena do Xingu, já tem seu fluxo de água comprometido durante a estação seca, o que dificulta a mobilidade dos moradores que dependem do rio como meio de deslocamento. As sub-bacias desses rios já perderam mais de 50% de sua superfície de água em 40 anos.

O Riozinho, na Terra Indígena Kayapó, também tem sofrido com secas tão severas que a mobilidade fluvial se torna inviável, isolando as comunidades que habitam ali, por alguns meses do ano. O mesmo ocorre no Riozinho do Anfrísio, na Reserva Extrativista (Resex) de mesmo nome, onde o transporte convencional de voadeira é inviabilizado, dificultando o acesso às comunidades ribeirinhas. Até rios maiores, como o Iriri e o Xingu, estão com seus níveis mais baixos, tornando a navegação perigosa e aumentando o tempo de percurso entre localidades.

Para contornar o problema, as comunidades estão abrindo novas estradas e utilizando o transporte terrestre, o que, infelizmente, facilita o acesso de invasores e a exploração ilegal de madeira e minérios[2].

---

[2] Transportes em territórios indígenas, quilombolas e tradicionais: Considerações sobre logística, mobilidade e abastecimento a partir de atuação do ISA junto a povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais na Amazônia e na Mata Atlântica. Instituto Socioambiental (ISA). Julho de 2025. Disponível em: https://www.socioambiental.org/noticias-socioambientais/isa-faz-recomendacoes-sobre-transportes-para-povos-indigenas-quilombolas-e.

A crescente seca dos rios na bacia do Xingu também tem afetado o abastecimento de água nas comunidades, tornando a situação mais grave. Com os poços superficiais secando em muitas localidades, os moradores dependem da água de rios e igarapés para consumo. Essa dependência se torna crítica, pois essas fontes de água podem estar contaminadas pelo uso intensivo de agrotóxicos na agricultura do entorno, falta de saneamento básico nas comunidades e atividade garimpeira. Em certas localidades mais distantes dos grandes rios, providas por igarapés, as comunidades ficam totalmente vulneráveis no auge da estação seca, desabastecidas de água para o seu consumo porque os igarapés secam totalmente.

Fogo

Estudos indicam que as mudanças climáticas tornaram os incêndios na Amazônia quase 30 vezes mais prováveis, transformando o que antes eram ignições humanas controláveis em desastres ecológicos de grandes proporções[3]. O fogo degrada a floresta, impacta a biodiversidade e compromete a qualidade do ar, além de contribuir para a emissão de gases de efeito estufa.

A incidência de fogo na bacia do Xingu também tem se intensificado com as mudanças climáticas. Dados do MapBiomas Fogo mostram que, em 2024, a área queimada em áreas protegidas da bacia alcançou 2,8 milhões de hectares, o equivalente à área queimada em 14 anos, de 2010 a 2023. Desse total, cerca de 70% ocorreu dentro do Corredor, evidenciando a crescente vulnerabilidade de seus territórios.

Embora o fogo seja um elemento cultural para muitas comunidades indígenas, tradicionalmente usado para o manejo de roças e paisagens, as alterações climáticas tornaram a floresta mais seca, fazendo com que o fogo, antes controlado, se espalhe com facilidade, invadindo vastas áreas que nunca queimavam. Essa nova realidade exige que as comunidades conciliem seu conhecimento ancestral com a urgente necessidade de mitigar o risco de incêndios.

Entre as áreas protegidas, a Terra Indígena Kayapó foi a mais afetada em 2024, com aproximadamente 30% de seu território devastado. As Terras Indígenas Capoto/Jarina e o Território Indígena do Xingu também sofreram grandes perdas. Juntos, esses três territórios

[3] *Study finds Amazon fires nearly 30 times likelier due to climate change*, acessado em março 16, 2025: https://news.mongabay.com/short-article/study-finds-amazon-fires-nearly-30-times-likelier-due-to-climate-change/

representaram 47% de toda a área queimada nas Áreas Protegidas do Xingu, o que ressalta a necessidade de se fortalecer o combate ao fogo nessas regiões críticas.

Soberania alimentar e Renda

As mudanças climáticas têm impactado profundamente as fontes de alimento na bacia do Xingu. Nos últimos anos, houve perdas significativas de roças devido a secas prolongadas, queimadas e enchentes atípicas. A alteração no regime de chuvas comprometeu o plantio, fazendo com que calendários agrícolas tradicionais não funcionem mais. Em algumas áreas, o solo tem se tornado fraco, prejudicado pela ação de garimpeiros, fazendeiros e madeireiros. Como consequência, plantas e sementes tradicionais estão sendo perdidas e em algumas aldeias, as comunidades estão se tornado cada vez mais dependentes de produtos da cidade.

Esses desafios são agravados por pressões externas como a invasão de animais silvestres, a exemplo dos porcos-do-mato, e o ataque de pragas que destroem as roças indígenas. A contaminação dos rios por agrotóxicos e pelo garimpo, além do aumento da temperatura da água, tem causado a morte de peixes e a deterioração da qualidade da água, afetando diretamente a principal fonte de proteína de muitas comunidades do Xingu.

Diante das adversidades, as comunidades têm buscado novas estratégias em suas práticas de manejo e no calendário de plantio para não perderem a produção de alimentos. Há comunidades que planejam áreas de plantio com irrigação para garantir a sobrevivência de variedades tradicionais de mandioca.

A geração de renda, frequentemente ligada ao extrativismo vegetal sustentável, também foi afetada. A produção de castanha-do-brasil, principal fonte de renda para indígenas e ribeirinhos da Terra do Meio, foi severamente prejudicada por secas prolongadas. Nos territórios Kayapó, no último ano, algumas comunidades registraram um décimo da produção média de castanha, e em alguns casos, a produção foi nula, o que é um fato inédito.

A perda na produção de alimentos e de geração de renda tem tornado as comunidades mais dependentes de produtos externos e apoio governamental. Algumas comunidades na Volta Grande do Xingu não vendem mais peixes e restringem sua produção ao consumo interno. O desaparecimento de plantas essenciais para os peixes, como as do sarobal[4],

[4] Sarobal/Saroba: área de pedras e praias de areia grossa, coberta por árvores baixas e arbustos espaçados, com ocorrência de espécies fruteiras. No inverno fica coberta pela água (Ferreira et al. 2018: 19. Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Volta Grande do Xingu. Terras Indígenas Paquiçamba, Arara da Volta Grande do Xingu e Área Indígena Juruna do km 17).

está diretamente ligado às operações da Usina de Belo Monte e à seca extrema na região. A degradação do ambiente, seja pela ação de invasores ou pelas mudanças climáticas, impacta diretamente a capacidade das comunidades de se alimentar e de gerar renda.

3. Como os mapas foram elaborados

Mobilidade fluvial

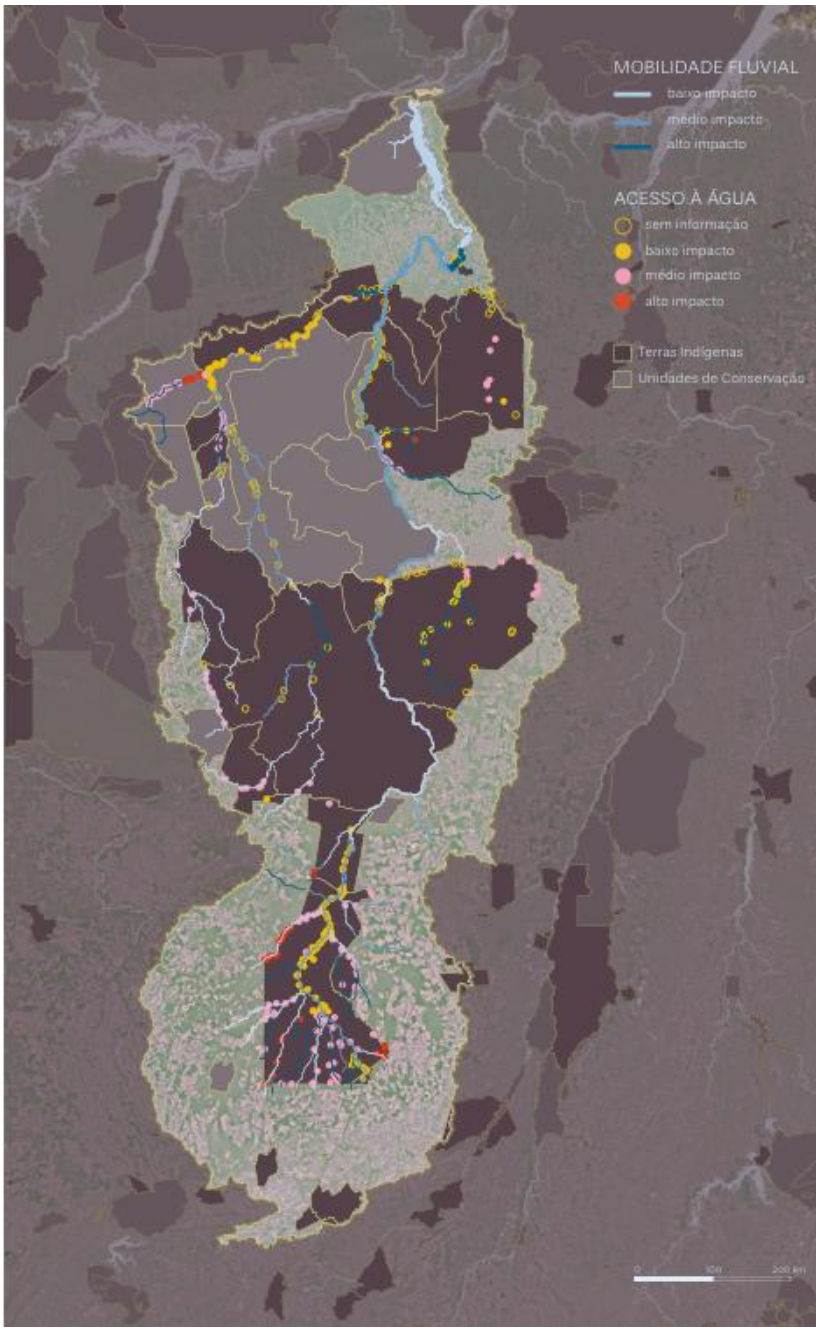
Para o Mapa de Vulnerabilidade de Mobilidade Fluvial, imagens de satélite Sentinel-2 foram usadas para identificar trechos de rios com maior nível de seca, formação de bancos de areia e cachoeiras, que dificultam a navegação. Os rios foram classificados em três níveis: **baixa vulnerabilidade** (sem problemas significativos); **média vulnerabilidade** (com redução de nível de água que dificulta o percurso); e **alta vulnerabilidade** (onde o nível de água é tão baixo que pode causar isolamento em alguns períodos).

Acesso à água

Para construir o mapa que avalia a vulnerabilidade do acesso à água, a análise combinou duas informações essenciais: a disponibilidade e a qualidade da água. A disponibilidade foi avaliada utilizando dados de superfície de água do MapBiomas. Esses dados permitiram calcular o percentual de perda hídrica em cada sub-bacia do Xingu entre 1985 e 2023. A vulnerabilidade relativa à disponibilidade de água foi classificada em três níveis com base nas perdas de superfície hídrica: **alta,** para sub-bacias que perderam entre 72% e 96% de sua superfície hídrica; **média**, para perdas entre 48% e 72%; **e baixa**, para perdas entre 24% e 48%. Áreas com menos de 24% de perda hídrica não foram consideradas vulneráveis para este critério.

Já a qualidade da água foi analisada a partir de duas fontes de dados: as atividades de uso do solo predominantes no entorno das áreas protegidas e os relatos de indígenas e ribeirinhos sobre as condições da água que consomem. Com base nisso, foram definidos três níveis de potencial de contaminação: **baixo:** em locais onde o descarte de resíduos pode ser inadequado, o que é sugerido por relatos de doenças gastrointestinais nas comunidades durante períodos de baixo fluxo hídrico nos rios que servem as comunidades; **médio:** em áreas onde há um potencial de contaminação por agrotóxicos devido ao uso intensivo e indiscriminado desses produtos e; **alto:** em localidades onde a contaminação por mercúrio é uma ameaça, resultado das atividades de garimpo ilegal de ouro.

Ao final, os dados de disponibilidade e qualidade hídrica foram somados para compor o mapa de vulnerabilidade do acesso à água, também categorizado em três níveis.

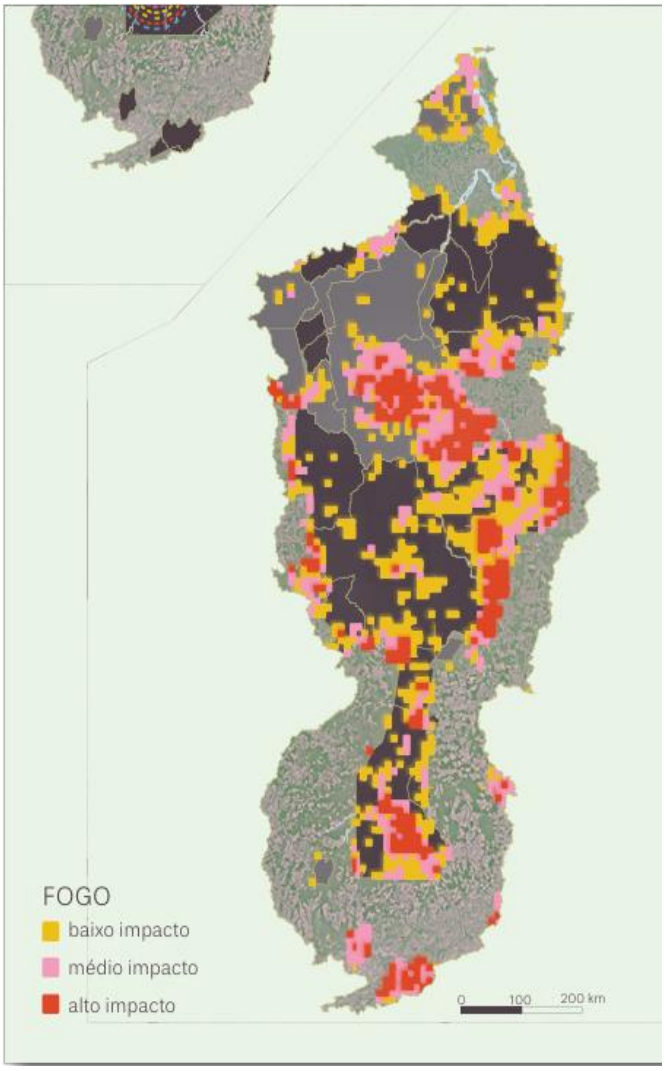


Fogo

A metodologia para mapear a vulnerabilidade a incêndios florestais parte de um princípio: o fogo degrada a floresta e, com isso, a torna mais propensa a queimar novamente no futuro. Na prática, cada incêndio deixa uma "cicatriz" mais seca e inflamável na paisagem, criando um ciclo vicioso de degradação. Com base nessa lógica, validada por relatos de indígenas e técnicos que atuam no manejo do fogo, a análise de vulnerabilidade em territórios protegidos considerou três critérios principais:

1. Recorrência de fogo: Foram mapeadas as áreas que queimaram diversas vezes nos últimos anos, pois elas representam locais em estágio avançado de degradação e com alta quantidade de material combustível seco.
2. Expansão em eventos extremos: Identificou-se os locais mais atingidos durante anos de secas severas (como 2010 e 2017), que revelam as rotas preferenciais de expansão do fogo em condições críticas.
3. Novas áreas queimadas: Mapeou-se as regiões que, apesar de não terem registros de fogo desde 1985, queimaram pela primeira vez em 2024. Essas áreas são consideradas novos focos de vulnerabilidade, pois estão iniciando o ciclo de degradação.

Essa abordagem concentrou-se em incêndios de grande proporção, evitando a contabilização de pequenas roças de manejo tradicional. O mapa final classifica a suscetibilidade do território a novas queimadas em uma escala de 5x5 km, com níveis baixo, médio e alto.



Soberania alimentar e Renda

O mapa de Soberania Alimentar e Renda foi construído exclusivamente a partir de relatos das comunidades, que detalham como as mudanças climáticas e outras pressões externas afetam suas atividades tradicionais de alimentação e geração de renda. Os relatos foram divididos em quatro grupos:

1. **Plantios e Roças**: Inclui perdas de roças por eventos extremos (fogo, falta de chuva) e ataques de pragas e animais silvestres.
2. **Caça, Pesca e Coleta**: Aborda a mortandade e redução das populações de peixes, a dificuldade de acesso a alimentos coletados, plantas medicinais e sementes.
3. **Renda e Economia Local**: Inclui a quebra da safra de castanha-do-brasil e a diminuição de outros produtos comercializados, além do aumento de custos para o plantio e escoamento de produtos.
4. **Alimentação Tradicional em Risco**: Foca no aumento do consumo de produtos industrializados em detrimento da alimentação tradicional indígena e ribeirinha.

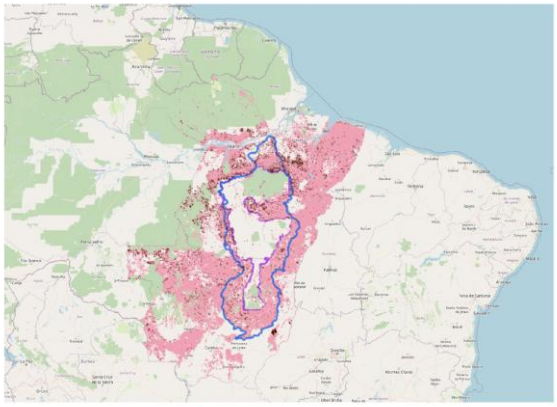
4. O Fundo Xingu - Pela sustentabilidade do viver bem na floresta

---

A resiliência dos povos da floresta está posta novamente à prova sob as mudanças climáticas.
O conceito de "sobrevivência do mais apto" está explícito nessa resiliência histórica, essa habilidade ancestral para superar os desafios, essa aptidão inata de fundir-se à floresta, protegê-la, viver dela e de bem com ela.
A resiliência passa hoje pela superação dos eventos extremos, mas se apoia ainda no conhecimento tradicional, integrado a tecnologias modernas, como o monitoramento remoto e os sistemas de alerta precoce, para fortalecer a gestão territorial, os planos de manejo e a diversificação das atividades econômicas que podem gerar renda sem comprometer a floresta.
O corredor de áreas protegidas do Rio Xingu carece de um instrumento dedicado de captação e destinação de recursos financeiros, tecnológicos e educacionais compatíveis com o tamanho dos desafios, que defenda os modos de vida e a proteção dos territórios na emergência climática, preserve a sociobiodiversidade da floresta em pé, melhore o bem-estar e traga prosperidade às comunidades tradicionais.
Este é o propósito do Fundo Xingu, concebido pela Rede Xingu+ e detalhado a seguir.

---

1. **O corredor de áreas protegidas do Rio Xingu é uma ilha de florestas que se vêem no olho do furacão da ocupação predatória e da mudança climática.**



Bacia do Xingu e Desmatamento em volta do Corredor

- Um dos maiores corredores de sociobiodiversidade do planeta corre perigo. Com 22 Terras Indígenas e 9 Unidades de Conservação contíguas, soma 27 milhões de hectares e abrange a floresta Amazônica, o cerrado e outras formações florestais.

- A emergência climática está agravando os efeitos da exploração predatória dos recursos naturais, do desmatamento, da grilagem, dos agrotóxicos, do garimpo, do roubo de madeira e dos megaprojetos de infraestrutura.

- O corredor funciona como um escudo contra a destruição das florestas, que respondem pela biodiversidade, a regulação das chuvas, a produção de água e a manutenção de importante estoque de carbono.

- Ele abriga cerca de 25 mil pessoas de 27 povos indígenas e comunidades ribeirinhas e extrativistas, com enorme riqueza cultural e diversidade de línguas.

- A floresta em pé resulta justamente dos modos de vida e de trabalho desses povos e comunidades.

- Eles fazem parte da solução climática do planeta, mas o seu papel de proteção da floresta e da biodiversidade não é reconhecido, tampouco a prestação desses serviços socioambientais é recompensada.

2. **A Rede Xingu+ é um só Xingu unido diante dos desafios, na defesa dos seus territórios, florestas, culturas e direitos.**

    - Há 12 anos organizou-se a Rede Xingu+ com o propósito de enfrentar de forma articulada os impactos do desmatamento, da grilagem, dos agrotóxicos, do garimpo, do roubo de madeira e dos megaprojetos de infraestrutura na bacia do Rio Xingu. E, agora, para enfrentar também a crise climática, que vem para tudo agravar.

    - A Rede Xingu+ pratica um modelo de gestão apoiado em organizações locais e adota um enfoque integrado para lidar com questões que dizem respeito a todos.

    - Reúne 53 organizações representantes de comunidades que compartilham uma visão comum da bacia e do enfrentamento das ameaças à sua sociobiodiversidade.

    - A Rede Xingu+ tem provado na prática que as organizações comunitárias são mais fortes e valiosas atuando juntas para proteger o seu imenso patrimônio socioambiental e seu modo de vida. Ela demanda a retribuição pelos serviços sociambientais prestados por suas populações e a valorização dos seus modos de vida e de trabalho.

- Defende um esforço contínuo de investimento em serviços essenciais de qualidade de vida, como saúde, habitação, saneamento, educação, energia, conectividade, enfim, o essencial para se viver bem nessas comunidades, no seio da floresta.

- A Rede Xingu+ tem um conselho político, uma agenda de assembleia bianual, uma secretaria executiva, parceiros e aliados comprometidos, e uma política interna em condições de assumir novos desafios.

3. **A gestão territorial e ambiental integrada, abrangente e contínua é indispensável à proteção do corredor e sua adaptação às mudanças climáticas.**

- A Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI) e os Planos de Manejo das UCs são o caminho para os gestores públicos, os indígenas e os beiradeiros trabalharem de forma articulada em prol da proteção e sustentabilidade do corredor do Xingu, e caminharem em direção a uma gestão territorial integrada.

- O avanço do processo predatório e das mudanças climáticas gera impactos que acentuam a insuficiência das políticas públicas, que carecem de recursos para implantarem-se e tornarem-se realidade com a urgência e a abrangência desejáveis.

- Nesse contexto, o Fundo Xingu se propõe a desenvolver o planejamento integrado da gestão territorial, considerando o corredor como uma jurisdição onde os serviços socioambientais essenciais são preservados.

- É uma tarefa difícil para as associações locais captar os limitados recursos públicos e complementá-los com os da cooperação nacional e internacional.

- Os fundos existentes geralmente não têm em vista um recorte territorial como o do corredor, um mosaico integrado de áreas protegidas com alta diversidade. Não atentam geralmente às especificidades subregionais nem sempre conseguem alcançar as comunidades com nível limitado de organização.

- O Fundo Xingu se propõe a ser um instrumento de captação e inversão de recursos, dedicado ao corredor, alinhado a uma governança afinada com as organizações locais, que possa atuar o mais pronto possível para orientar os investimentos estratégicos de gestão territorial e fortalecer as comunidades, capilarmente.

- Uma ferramenta capaz de contribuir de maneira efetiva, desde já e sem interrupção, para conjugar políticas públicas com investimentos da cooperação nacional e internacional, em busca de melhores resultados, mais proteção territorial e melhor adaptação aos impactos das mudanças climáticas, em prol do bem estar dos habitantes do corredor.

4. O Fundo Xingu, uma ferramenta decisiva para o corredor.

4.1. OS OBJETIVOS

- Captar e destinar recursos para a atualização e a implementação dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PGTAs) e dos Planos de Manejo das Unidades de Conservação, incluíndo as Reservas Extrativistas, em articulação com as associações membros da Rede Xingu+, priorizando as ações voltadas à proteção territorial e a adaptação às mudanças climáticas.

- Atuar capilarmente considerando as especificidades de cada Terra Indígena e cada Unidade de Conservação, dentro de uma visão integrada dos diferentes contextos no corredor do Xingu.

- Viabilizar projetos e programas para e com as associações comunitárias regionais e locais; e fortalecê-las institucionalmente, articuladas em rede, para que avancem na perspectiva da gestão integrada do corredor, com um recorte territorial definido e uma governança própria.

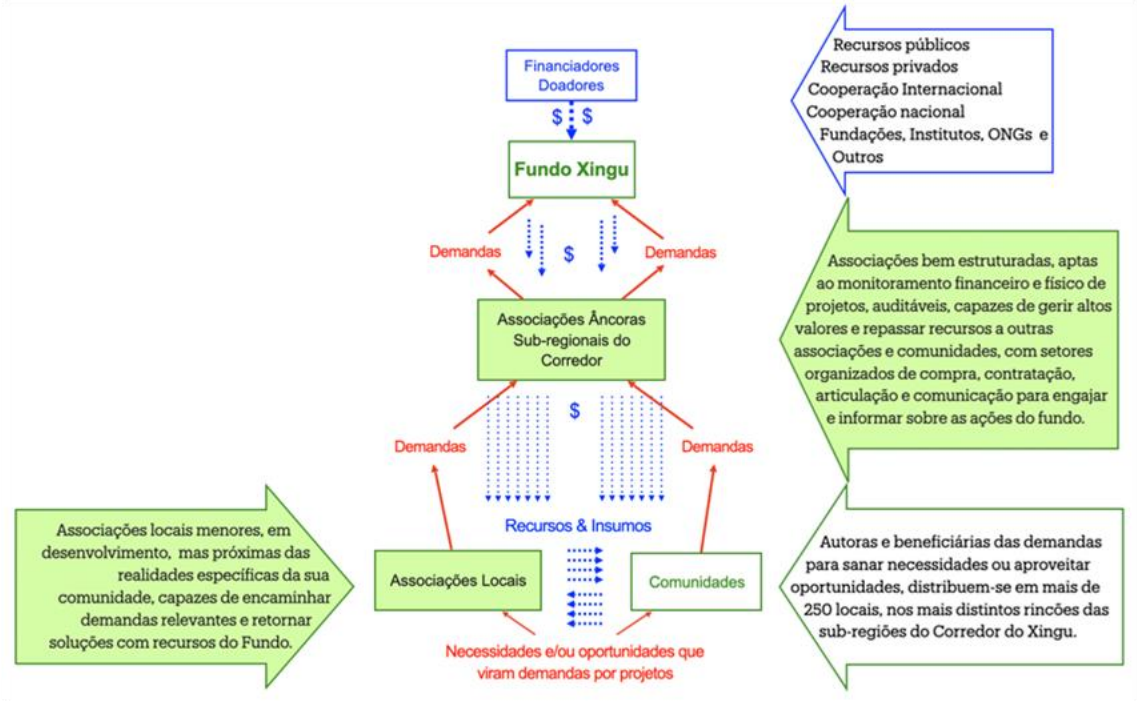
- Promover o reconhecimento das contribuições e dos serviços socioambientais prestados pelos povos indígenas e comunidades tradicionais. Serviços que resultam justamente das atividades e práticas associadas aos seus modos de vida e de trabalho, seus conhecimentos, suas culturas e formas de manejo da paisagem. Serviços que favorecem a recuperação, a reprodução e a melhoria do

ecossistema e da sociobiodiversidade, trazem alternativas às atividades predatórias e reforçam os direitos territoriais.

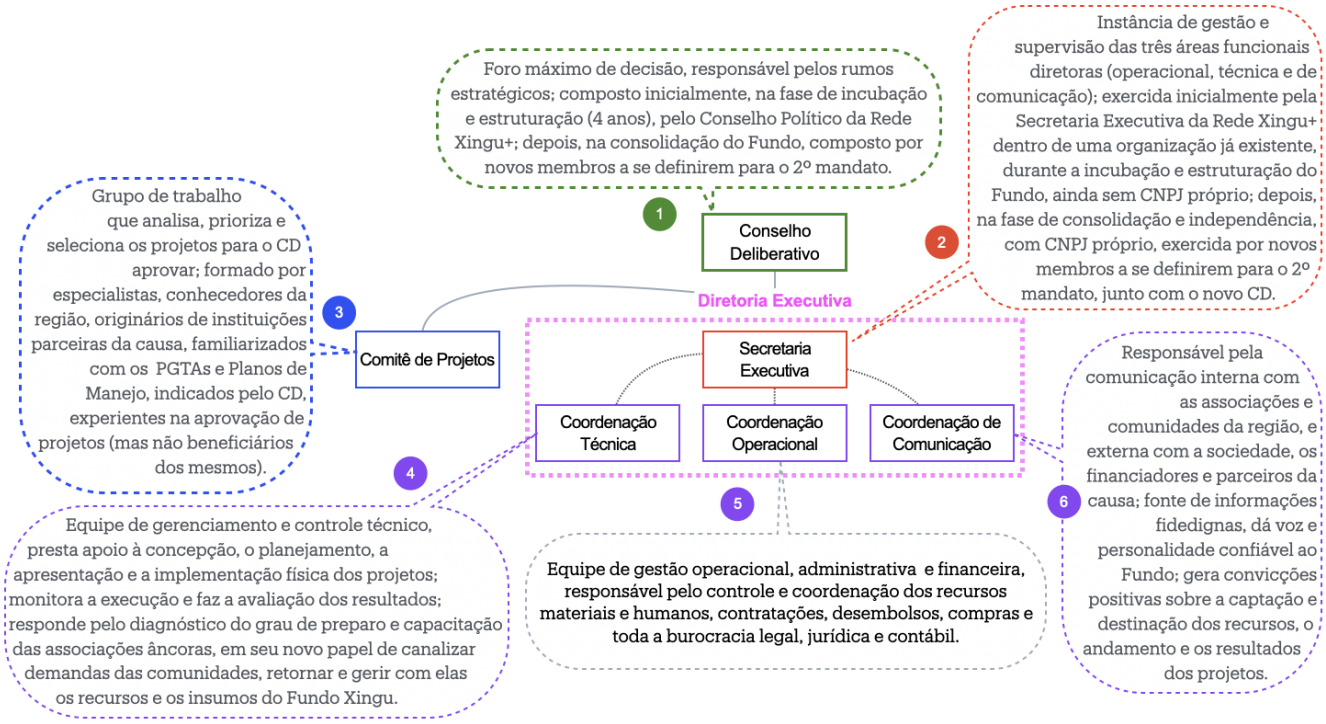
4.2. A ESTRATÉGIA

O *Modus operandi*

- Apoia-se na organização e na articulação política da Rede Xingu+.
- Adota um modelo de gestão consorciada com as organizações indígenas e ribeirinhas, e alta capilaridade.
- Fortalece as organizações associadas, que canalizam demandas e retornam ideias, insumos e recursos às suas comunidades.
- Concentra a inversão em projetos ou programas prioritários, segundo as especificidades das distintas sub-regiões, sem perder a visão integrada do corredor do Xingu.



A governança



A rota de implementação

Estimam-se 4 anos para a incubação e implantação do Fundo Xingu. Nesse período, os papéis do Conselho Deliberativo e da Diretoria Executiva serão cumpridos, respectivamente, pelo Conselho Político e pela Secretaria Executiva da Rede Xingu+.

A rota de implementação do Fundo prevê 6 fases de desenvolvimento, algumas concomitantes:

- Estruturação e aprovação do escopo e do modelo prévio de funcionamento.
- Diagnóstico das associações âncoras para estruturar as suas necessidades e prepará-las para a gestão compartilhada do Fundo.
- Formulação dos protocolos de operação para a captação, a gestão, a destinação dos recursos e a avaliação dos resultados.
- Identificação e abordagem aos doadores potenciais.

- Início de atuação através de piloto de financiamento e edital, com envolvimento das associações âncoras e as instâncias deliberativas e executivas do Fundo.

- Ao cabo da implantação, o Conselho Deliberativo e a Diretoria Executiva iniciam um ciclo dedicado, com uma nova composição e estrutura operacional autônomas.

O planejamento e a preparação

- As sete organizações âncoras da Rede Xingu+ serão diagnosticadas quanto ao seu grau de organização para receber os devidos aportes institucionais e treinamentos específicos, correspondentes à suas necessidades.

7 Âncoras

53 Associações

1. ABEX - Associação Bebo Xikrin do Bacajá
2. AERIM - Associação dos Extrativistas Rio Iriri-Maribel
3. AFP - Associação Floresta Protegida
4. AIAHU - Associação Indígena Ahukugi
5. AIJUVIX - Associação Indígena Juruna Unidos da Volta grande do Xingu
6. AIK - Associação Indígena Kisêthjê
7. AIKAX - Associação Indígena Kuikuro do Alto Xingu
8. AIKOJUPA - Associação Indígena Korina Juruna da Aldeia Paquiçamba
9. AIMCI - Associação Indígena Moygu Comunidade Ikpeng
10. AIPHX - Associação Indígena Pyjahyry Xipaya
11. AIPIX - Associação Pupikuri Indígena da Volta da Grande do Xingu
12. AIT - Associação Indígena Tulukai
13. AIT - Associação Tapayuna
14. AITEX - Associação Indígena Tukayá Etnia Xipaya
15. AMORA - Associação dos Moradores da Reserva Extrativista Riozinho do Anfrísio
16. AMORERI - Associação dos Moradores da Reserva Extrativista Rio Iriri
17. AMOMEX - Associação dos Moradores da Reserva Extrativista Rio Xingu
18. ARSX - Associação Rede de Sementes do Xingu
19. Associação Hiulaya
20. Associação Indígena Kuruaya
21. Associação Indígena Tapawiá
22. Associação Indígena Tapayuna
23. Associação Indígena Xavante Norotsu'rã
24. Associação Indígena Yudjá Kumarihoi
25. Associação Karayá
26. Associação Kowit
27. Associação KUBA
28. Associação Kuruaya
29. Associação Menkragnotire Sul
30. Associação Tapawiá
31. Associação Tatoa
32. Associação Yarikayu
33. ATIX - Associação Terra Indígena Xingu
34. AYMIX - Associação Yudja Mïratu da Volta Grande do Xingu
35. CI-Brasil - Conservação Internacional do Brasil
36. Coletivo Beture
37. Conselho Ribeirinho do Médio Xingu
38. IAKIÔ - Associação Indígena Iakiô Panará
39. IBKRIN - Associação Instituto Bepotire Xikrin
40. IK - Instituto Kabu
41. IMAFLORA – Instituto de Manejo Florestal e Agrícola
42. Instituto Aritana
43. Instituto Paiakan
44. IR - Instituto Raoni
45. ISA - Instituto Socioambiental
46. MJTIX - Movimento de Jovens do Território Indígena do Xingu
47. MMTIX - Movimentos de Mulheres do Território Indígena do Xingu
48. Movimento das Mulheres da Volta Grande do Xingu
49. Movimento das Mulheres Xikrin da TI Trincheira Bacajá
50. Movimento de Mulheres Kayapó das TIs Kayapó e Las Casas
51. Movimento de Mulheres Menkragnoti RIKARO
52. Movimento de Mulheres ROPNI das TIs Capoto/Jarina e Menkragnoti
53. SAMA - Saúde na Amazônia

- São elas: a Associação Floresta Protegida (AFP), a Associação Indígena Kisêdjê (AIK), a Associação dos Moradores da Reserva Extrativista Rio Iriri (AMORERI), a Associação Terra Indígena do Xingu (ATIX), a Associação Indígena Iakiô Panará (IAKIÔ), o Instituto Kabu (KABU) e o Instituto Raoní (RAONÍ).

- A missão inicial de todas as associações é a atualização e a adequação dos PGTAs e dos Planos de Manejo à luz da emergência climática.

- A prioridade de investimento do Fundo é para projetos que aportem melhorias aos modos de vida e de trabalho, fortaleçam a proteção territorial e dêem conta dos desafios da adaptação às mudanças climáticas.